

JOSÉ FONTES

DOUTOR EM CIÊNCIAS POLÍTICAS
PROFESSOR AUXILIAR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA
UNIVERSIDADE ABERTA

O DIREITO DE INGERÊNCIA E AS VISÕES
AGOSTINIANA, TOMISTA E MORIANA DA
INTERVENÇÃO JUSTA
— UMA NOVA ABORDAGEM POLITOLÓGICA

BOLETIM DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA CULTURA
NÚMERO 34, 2007

Sumário:

0. Introdução.

1. Da sustentação histórica.

2. Da obsoleta visão da soberania absoluta.

3. Dos fundamentos (actualmente aceitáveis) do direito de ingerência.

4. Dos novos fundamentos.

Bibliografia.

Dedico este estudo a BÁRBARA GATTINI,
uma inesperada e feliz surpresa na minha
vida.

O. Introdução

De acordo com a *Academia das Ciências de Lisboa*¹, ingerência é o acto de se intrometer, de intervir indevidamente, sem ser requerido ou sem ter o direito. É neste plano que iremos colocar o problema da intervenção não consentida no âmbito das relações e da comunidade internacional e, designadamente, no que diz respeito aos Estados e a outros sujeitos de Direito Internacional Público. Os teóricos internacionalistas estabelecem pequenas distinções entre ingerência (sobre um Estado soberano) e intervenção (humanitária ou de assistência), pois entendem que esta é uma espécie daquela e, portanto, não se confundem nem designam a mesma realidade.

Em princípio e, por regra, os Estados soberanos, no âmbito da sua reserva de acção, agem de forma autónoma e independente sem que a terceiros Estados seja permitida qualquer atitude interventiva ou de ingerência.

O direito de ingerência é, formal e aparentemente, contrário aos princípios reitores da Nova Ordem Política Internacional baseada, sobretudo, na Carta das Nações Unidas² e, implicitamente, no Tratado *Panch-Sila*, sobre o Tibete (sucedâneos materiais do Tratado de *Westfalia*³ ou Paz de *Westfalia*). Sobre tudo este instrumento internacional sino-indiano sobre o Tibete, também por influência do preceituado na Carta, tem como corolários os seguintes dois princípios que dele se extraem:

- Não ingerência nos assuntos internos dos Estados;
- Coexistência pacífica entre todos os Estados.

Estes axiomas permanecem efectivos mas carecem de uma interpretação actualista. Com o advento das Nações Unidas, considerou-se que apenas esta organização seria a detentora da possibilidade de atribuição de legitimidade ao uso da força pelos Estados, em regra no uso da legítima defesa, e na estrita medida em que tal for permitido pelo Conselho de Segurança.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/43/131, aprovada em 8 de Dezembro de 1988, relativa a questões de assistência humanitária⁴ a vítimas de desastres naturais e a situações de emergência similar, reafirmou os princípios gerais e orientadores da cooperação entre os diferentes países, da não discriminação, da integridade territorial e da unidade nacional dos Estados.

A este propósito revisitámos, igualmente, o texto da Carta da ONU que estabelece um conjunto de princípios programáticos e directores das relações internacionais. No seu art.º 2.º ressaltam designadamente os princípios da igualdade soberana dos Estados e da resolução pacífica dos conflitos. Tendo em linha de conta a conjuntura da época em que a Carta surgiu, esta assenta e estrutura toda a sua doutrina nos conceitos tradicionais da soberania⁵ e da igualdade (aparente) dos Estados.

Ora, com a evolução dos processos e das instituições políticas, os conceitos começam a tornar-se obsoletos ou pelo menos frágeis e com o processo de globalização, cada vez mais intenso e irreversível, emergem novos direitos da comunidade internacional cuja sede de legitimidade e validação deve ser as Nações Unidas.

¹ Este é o significado atribuído à expressão no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

² Foi assinada em São Francisco a 26 de Junho de 1945.

³ Assinado em 1648, colocou fim à Guerra dos Trinta Anos.

⁴ Muitas vezes a ausência de assistência humanitária dos Estados com base no princípio da não ingerência e da neutralidade levou a criação de ONG

⁵ Definido conceptualmente como a característica do sujeito de Direito Internacional Público que não encontra similar na ordem interna nem superior na ordem internacional e que tem como atributos cumulativos, entre outros, o *ius belli*, o *ius legationis* e o *ius tractum*.

A ONU é, por excelência, a entidade reguladora das relações internacionais e, por isso, deve estar atenta ao surgimento das novas instituições jurídico-internacionais, a fim de não deixar a um único Estado⁶ o poder de, unilateralmente, definir o direito a aplicar, fazendo prevalecer a unipolaridade. A autotutela declarativa, manifestação do unilateralismo, deve ceder perante as instâncias multilaterais cujo exemplo é a ONU. O Direito Internacional é o único instrumento disponível aos restantes Estados, designadamente aos mais pobres, para fazer valer as suas posições na comunidade das nações, mesmo que os interesses dos grandes países sejam desfavoráveis a tais pretensões.

O direito de intervenção e o direito de ingerência não devem ser instrumentos da superpotência sobrando mas uma manifestação da vontade, esclarecida e recta, da comunidade internacional, expressa pelas competentes instâncias internacionalmente reconhecidas com o único fim de alcançar a justiça na acção. É evidente que o conceito de justiça⁷ é relativo, no tempo e no espaço, e que há, nos nossos dias, variadas correntes doutrinárias que o preenchem. Contudo, subsiste uma reserva de valores e um conjunto de princípios que são comuns à grande generalidade dos membros das Nações Unidas e que estabelecem algumas balizas que fundamentam os valores supremos e os limites que consagram as condutas a observar pelas múltiplas instâncias da Organização.

A nova ordem política internacional e os princípios genéricos da não ingerência, da não interferência nos assuntos internos dos Estados, da coexistência entre os povos e da resolução pacífica dos conflitos entre os Estados devem ser revisitados de forma a adequá-los às novas experiências vividas pela/na comunidade internacional.

Num mundo cada vez mais globalizado que inscreve a sua forma de actuação num quadro planetário único, os Estados e povos das diferentes áreas culturais devem estar atentos na defesa das conquistas universais do conhecimento científico, passando pelo desenvolvimento tecnológico e social, e pela salvaguarda do património comum da Humanidade. Desta forma, para assegurar valores superiores, os Estados legitimados pelo multilateralismo, de que as Nações Unidas são um marco indispensável, poderão/deverão intervir naquilo que até há bem pouco tempo era considerado uma reserva estadual inultrapassável.

A evolução dos conceitos e das mentalidades dar-se-á e as questões sociais, as culturais, para além das humanitárias e das políticas, emergirão como questões civilizacionais, como adiante veremos, e que sustentarão, num futuro mais ou menos próximo, novas formas de ingerência. Com estes novos fundamentos poderemos reunir um consenso sobre a legitimidade dos Estados intervirem desde que validados pelas competentes instâncias das Nações Unidas: Assembleia Geral e/ou Conselho de Segurança.

Infelizmente, a política de interesses e a «hipocrisia» universal levam a que a comunidade internacional clame pela intervenção quando os governos tratam menos bem os seus povos, mas essa interferência somente se efective se os mais importantes Estados, do palco mediático internacional, nisso tiverem um interesse tantas vezes particular, nacional e peculiar.

As Nações Unidas não podem ser afastadas da decisão legitimadora de intervenção. O multilateralismo deve ser a regra deliberativa. O direito de ingerência é hoje uma importante ferramenta de intervenção da comunidade internacional e não pode

⁶ No dias actuais aos EUA, a superpotência que resta após a queda do muro de Berlim e do fim da ordem internacional baseada nos blocos NATO/Pacto de Varsóvia.

⁷ Para Olpiano a justiça mais não era do que a perpétua e constante vontade de dar a cada um o que é seu.

ser um instrumento dos Estados Unidos da América ou de qualquer outra potência internacional, na sua vertente de moderna *Nação Indispensável*. Portanto, deve afirmar-se que a regra do multilateralismo na obtenção das deliberações internacionais de intervenção ou ingerência não é prescindível.

Para podermos falar em ingerência, como meio excepcional e último de actuação dos Estados e da Comunidade Internacional, é necessária a verificação cumulativa de alguns requisitos:

- i. — Causa justa;
- ii. — Intervenção (coerciva) na esfera de acção territorial ou populacional dos Estados de forma neutra e imparcial;
- iii. — Ausência de consentimento expresso, tácito ou presumido, do Estado intervencionado⁸;
- iv. — Defesa de valores superiores;
- v. — Proporcionalidade⁹ nos meios a utilizar e proibição de excesso;
- vi. — Título jurídico habilitante¹⁰ ou legitimador da intervenção (designadamente uma deliberação das Nações Unidas).
- vii. — Respeito pelo Direito Internacional Público geral e pelas deliberações proferidas pelas competentes instâncias internacionais, originária ou supervenientemente relativas ao caso concreto.

Estes requisitos são verificáveis sobretudo nas intervenções armadas e territoriais. No entanto, muitos outros tipos de ingerências que não passam pelas intervenções militares e delas pouco se fala podem influir decisivamente nos assuntos internos dos Estados. Com as economias cada vez mais globalizadas e com os grandes espaços de comércio livre, a livre circulação de capitais assegura e fortalece um sistema inerente de «mão invisível». Sobretudo as empresas multinacionais, cujo capital não tem nacionalidade detentora, e que fundam a sua acção nas mais valias financeiras que devem criar aos seus accionistas, muitas vezes também eles de variadas nacionalidades, e que torna indispensável o exercício lucrativo das actividades a desenvolver pelas referidas empresas. A sua acção pode ser avassaladora para Estados, povos, nações e para a comunidade internacional sem que a mesma necessite de qualquer adjectivação militar ou de recurso à força.

Estas intervenções podem influir mais na vida das pessoas, das empresas e dos Estados do que eventualmente aquelas que se socorrem da força armada e da intervenção bélica dos exércitos clássicos. Para estas também o Direito Internacional deve olhar e não abdicar de definir um quadro legal em que as mesmas podem ocorrer sem colocar em causa o bem comum da Humanidade e os direitos dos povos ao seu território, à segurança, à cultura e ao bem-estar.

⁸ Assim, a intervenção a pedido de um Estado, rigorosamente, não constitui ingerência, como bem refere A. Rodrigues Queiró, in *Intervenção*, Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, Volume XVI, pág. 12 a 14. Constitui mais uma acção humanitária.

⁹ Tal como sucede no direito interno dos Estados, designadamente nos meios de tutela privada, já que o agente deve actuar com proporção de meios e não deve causar, intencional e dolosamente, danos superiores aos prejuízos que se pretendem evitar. Trata-se, segundo Adriano Moreira, in *Direito Internacional Público*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1983, pág. 94, de submeter os meios de acção a uma *economia* que evite os desgastes inúteis.

¹⁰ Só muito excepcionalmente devemos aceitar a intervenção unilateral, isolada ou particular, de um Estado que dispense a concorrência da vontade de terceiros. Defende-se o multilateralismo *vs.* o unilateralismo.

Será porventura necessário redescobrir os conceitos de Estado e de funções estaduais¹¹. Um movimento de racionalização das funções tradicionais contrabalançado com um movimento de devolução de poderes de regulação e intervenção, também em determinados aspectos económico-financeiros. Em suma, um processo de adequação às novas realidades internacionais. Nada que os teóricos do Estado não tenham vindo a acompanhar desde a fundação das primeiras e milenares sociedades humanas sedentárias, aceitando a estadualização de algumas comunidades nómadas, dando relevância ao elemento populacional, a Estados exíguos, a Estados federais, federados e confederados, entre muitos outros.

Em conclusão, a comunidade internacional deve avaliar os valores que estão em causa e pesar quais os que devem ser atendidos e aos que deve ser dada prevalência. Para isso é necessário uma definição prévia e objectiva dos pressupostos e dos motivos para as intervenções ao abrigo de uma responsabilidade internacional de protecção. A tradicional regra da não ingerência nos assuntos internos e em território alheio, tão cara também ao direito privado e às relações das comunidades familiares, está em crise. Assim, verificamos que as situações de violência doméstica e outras similares não podem passar despercebidas às competentes autoridades e as relações sociais são mais protectoras dos direitos, liberdades e garantias individuais. Desta forma, trata-se de importar para a vida internacional as novas conquistas dos direitos estaduais internos e dos seus regimes de direito privado e, com os necessários ajustamentos, adaptá-los às exigências das relações internacionais. As fronteiras não podem impedir que as Nações Unidas e as suas múltiplas agências, o Direito Internacional Público e os diferentes sujeitos intervenientes da comunidade internacional não adoptem uma importante política de coercibilidade onde se inclua a possibilidade de intervir ou de ingerir.

O direito de ingerência deve ser estudado enquanto um meio legítimo de uso da «força» para fazer valer um direito ou valor superior e, por consequência, é um meio de tutela privada do Direito Internacional Público.

Também assim se concretiza a internacionalização da vida privada dos Estados.

O Direito Internacional Humanitário nasceu como um instrumento de tutela urgente e específica de apoio a vítimas de conflitos armados e para garantir um mínimo ético de protecção à dignidade da pessoa humana a que os Estados se encontram vinculados.

1. Da sustentação histórica

Muitos foram os autores¹² que escreveram sobre os conflitos e as suas causas. Alguns destes escritores fixaram-se no conceito de guerra justa como uma das suas modalidades.

Dentre todos salientamos Santo Agostinho¹³ e São Tomás de Aquino¹⁴ que escreveram sobre a guerra justa tal como outros autores religiosos, judeus e muçulmanos. Mas os escritos sobre a guerra justa não se cingem a autores religiosos. A teoria da guerra justa (*jus ad bellum*) tem ascendência em autores clássicos como

¹¹ A propósito dos novos desafios do Estado *vide*, por todos, Walter C. Opello, JR, e Stephen J. Rosow in *The Nation – State and Global Order: A historical introduction to contemporary politics*, second edition, Lynne Rienner Publishers, 2004, designadamente o capítulo referente a *Challenges to the State*.

¹² Por exemplo, Maquiavel ou, em tempos mais recentes, Hans Kelsen.

¹³ Santo Agostinho nasceu em Tagasta, cidade da Numídia, de uma família burguesa, a 13 de Novembro do ano 354 e baseia muita da sua obra em Platão.

¹⁴ Nasceu em Rocca Secc, no Reino de Nápoles em 1225 ou 1227. Morreu em Fssa Nuova em 7 de Março de 1274.

Cícero, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Este último *Doutor da Igreja* teorizou esta matéria sobretudo na *Cidade de Deus* que é um contributo e uma reflexão sobre a guerra justa.

São visões históricas datadas e conjunturalmente legitimadoras de valores próprios e muito peculiares.

Curiosa e porventura contraditória com as escolas tradicionalistas e escolásticas, mas por isso mais esclarecida e actualmente sensata, é também a afirmação de São Thomas Morus¹⁵ segundo a qual «...nenhuma guerra que se conheça na história, no presente ou no futuro que se possa prever foi justa».

Os teorizadores¹⁶ da guerra e da causa justa desta foram influenciados pelos movimentos e pelas correntes de pensamento da época, designadamente das cruzadas contra os «infiéis» e os «mourões» e sentiram a necessidade de justificação e legitimação de alguns comportamentos da Igreja Universal e das religiões das quais provêm.

Sem um juízo retroactivo à data e ao ambiente das correntes ideológicas e filosóficas é impossível perceber as doutrinas agostiniana e tomista. Os conceitos, ensinam os historiadores, e as doutrinas têm que ser enquadradas pela conjuntura em que são firmadas. Este conhecimento do circunstancialismo histórico não é dispensável.

Por isso, a simples invocação dos fundamentos agostinianos e tomistas para a sustentação da argumentária da guerra justa não são importáveis para uma época em que o Direito Internacional se pretende laicizado, sem ser neutro, imbuído de um espírito verdadeiramente universal, que defenda os valores comuns da humanidade, dos cristãos aos muçulmanos, dos judeus aos animistas, dos agnósticos aos ateus. Mas aqui, mais do que o conceito de guerra justa, está presente a pretensa legitimação teocrática ou divina. Cada teólogo ou autor religioso tenta encontrar fundamentos e justificações no «seu» Livro — a Bíblia, contra os infiéis; — a Tora, contra os desviacionismos da tradição e da marca de Povo eleito; — o Corão, contra os inimigos do Islão e a favor da *jihad*. Por isso, hoje, o conceito de guerra justa deve ser laicizado sem se pretender que o Direito seja neutro, porque a determinação normativa implica sempre uma escolha, mas com a convicção de que existe um conjunto de valores que podem ser aceites por todos os Homens de boa vontade, independentemente da sua origem nacional, da sua religião ou da área cultural que integrem.

A guerra e, nos nossos dias, as intervenções armadas ou mesmo as não bélicas, devem ser analisadas atenta a multidimensionalidade das respostas a dar: jurídicas, morais, religiosas, na certeza de que se pretendem ingerências e intervenções justas. Mas um conceito de justiça laico para o qual concorram todos os contributos doutrinários relevantes.

Este conceito de guerra justa é chamado à colação para percebermos que em similitude de situações é necessário ao direito de ingerência o encontro de uma autoridade que legitime a acção, que possibilite a existência de uma ordem pública internacional e que ponha fim, ou pelo menos impeça, a utilização das intervenções como instrumento de guerra privada que conduz à anarquia nas relações internacionais.

À semelhança do que ocorre na vida interna dos Estados onde os meios de tutela privada existem, mas são de uso excepcional e a regra geral atribui ao Estado a utilização da força, não sendo lícito a ninguém o recurso a esta para fazer valer um direito próprio, também na ordem internacional têm que se encontrar os mecanismos adequados, e o direito de ingerência é, com certeza, um deles para que os meios ao dispor dos Estados e das Nações Unidas possam ser lícitos e legitimamente utilizados

¹⁵ *In Utopia*.

¹⁶ Onde também poderemos incluir Hugo Grócio.

em defesa dos direitos dos povos e dos valores universais constantes, designadamente, da Carta das Nações Unidas.

Também assim se impede a instalação de uma anarquia na vida e na sociedade internacionais.

Nos nossos dias, somente as organizações multilaterais, por excelência a ONU, podem legitimar a ingerência, e a aceitação deste princípio afasta, desde logo, as intervenções isoladas de qualquer país por mais forte e democrático que seja.

O mundo deve afastar a visão unipolar e preferencial e, estrategicamente, optar por um diálogo e um encontro multipolar das deliberações que por todos devem ser tomadas, para que por todos, fracos e fortes, pobres e ricos, possam ser observadas e respeitadas.

Existem ao longo da História variadas manifestações de intervenções, individuais e colectivas, militares e diplomáticas, constitucionais, financeiras e humanitárias. De entre as mais polémicas ressaltam as estratégicas (porque, por regra e na maioria dos casos, são instrumentos de defesa de interesses quase sempre de uma potência), e de entre as mais aceitáveis e consideradas legítimas destacam-se as humanitárias (em defesa dos direitos humanos). Muitas destas manifestações do direito de ingerência fundam-se nas concepções doutrinárias de São Tomás de Aquino e de Santo Agostinho. As intervenções dos líderes dos pactos militares anteriores à queda do muro de Berlim, sobretudo do bloco comunista, foram sustentadas num conjunto de argumentos muito específicos e ideologicamente marcados. Assentaram num preciso conceito de soberania partilhada e tutelada em Estados defensores de conceitos próprios de democracia política e orgânica.

A laicidade dos conceitos que se pretende buscar serve para encontrar plataformas de entendimento mais amplas e menos limitadas por (pre)conceitos de diversa índole.

Nos anos 80 do século passado, foram autores como MÁRIO BETTATI¹⁷ e BERNARD KOUCHNER¹⁸ que teorizaram sobre a possibilidade de ingerência sem as limitações e preconcepções sobre o conceito de justiça e intervenção em território alheio sobretudo para se evitar o risco de leituras peculiares e orientadas dos conceitos.

2. Da obsoleta visão da soberania absoluta

A tradicional classificação de Estado soberano está cada vez mais em crise. Muitas vezes a formulação é mais virtual e semântica do que real.

Desde a conceitualização do Estado soberano, como realidade que não encontra igual na ordem interna nem superior na ordem internacional, até aos nossos dias, o conceito enquanto realidade absoluta veio a tornar-se obsoleto.

A cumulação dos tradicionais *ius belli*, do *ius legationis* e do *ius tractum* não faz sentido nos dias que correm e nem sequer é já suficiente para a definição da noção de Estado.

Importa salientar que o conceito foi ganhando adeptos junto dos teorizadores¹⁹ do poder das *repúblicas* existentes e das *monarquias* reinantes da época. Serviu a estes

¹⁷ Professor de Direito Internacional Público na Universidade de Paris II.

¹⁸ Ex-ministro da saúde de França e representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no Kosovo.

¹⁹ Tal como *Jean Bodin* e *Thomas Hobbes*, este através do *Leviatã*, elabora sobre o absolutismo inglês. Outros autores estudaram o conceito como *John Locke* e *Jean Jacques Rousseau*. Para confronto de várias posições sobre o conceito de soberania *vide* por todos *Nguyen Quoc Dinh*; *Patrick Daillier* e *Alain Pellet*, in *Direito Internacional Público*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pág. 382 e segs.

regimes para a afirmação e a consolidação de um poder político, nem sempre forte e muitas vezes fragmentado por variados senhorios feudais e, também, para fazer frente ao poder da Igreja Universal e do papado, como manifestações do poder imperial romano²⁰.

Desta consolidação conceptual surge a figura dos órgãos de soberania que se apresentam como órgãos supremos do Estado a quem todos os demais se devem submeter. Surge a ideia de que o poder soberano pode, afinal, ser fraccionado. Surgem, assim, os referidos órgãos supremos a quem fica adstrita uma parcela de poder, construindo-se um sistema de pesos e contrapesos para evitar, segundo alguns autores, a corrupção, já que seria difícil corromper os titulares dos vários poderes do Estado ao mesmo tempo.

Os Estados hoje dependem de uma constituição política que ordena juridicamente os poderes e atesta, ou não, a democraticidade²¹ do seu regime e do sistema de governo. Hoje, os conceitos de soberania e independência estão intimamente relacionados com a autonomia do poder decisório primário (político *stricto sensu*) que dispensa, para a sua perfeição e efectivação, a concorrência da vontade de outros sujeitos. Esta é a verdadeira manifestação de independência. Decidir sem que a vontade de outros seja relevante para a perfeição e a eficácia da decisão, seja do ponto de vista político seja de um ponto de vista económico.

ADRIANO MOREIRA²² afirma: «a soberania está em crise, por isso não pode ser hoje considerada como um poder monolítico, mas sim como um conjunto de capacidades específicas, que nem todos possuem, e que são exercidas cada uma, em circunstâncias diversas.»

Também em defesa do direito de ingerência, ADRIANO MOREIRA²³ refere que: «A própria interdependência mundial torna ineficaz o recurso ao *isolamento* (...) e por isso o *pólo* redefinido dos Estados avançou para legitimar a *ingerência* que de novo deteriora o antigo conceito de soberania. A análise reavaliou os significados da *interferência* e da *intervenção*, ou *ingerência*, antecipando o passo adiantado da *intervenção militar*: As sucessivas Resoluções do Conselho de Segurança respeitantes à Guerra do Golfo (1991), Somália (1992), Jugoslávia (1992), Libéria (1993), Angola (1993), Geórgia (1993), Moçambique (1993), Alto Karabakh (1993), Iémen (1994), Ruanda (1994), documentam a mudança.»

Foi o Pacto instituidor da Sociedade das Nações, numa primeira fase, com a imposição de certos limites baseados ainda nos conceitos de Estado soberano e, mais tarde, a Carta das Nações Unidas que limitaram o *ius belli*, característica cumulativa mas definidora da noção de Estado soberano.

Como vimos, a visão do Estado soberano como não tendo igual na ordem interna nem superior na ordem internacional está em crise e a comunidade internacional é cada vez mais interdependente. O processo de globalização é causa e consequência de um novo modelo de relações transnacionais entre os diferentes sujeitos internacionais. Nos nossos dias, os Estados não são os únicos sujeitos de Direito Internacional e estão cada vez mais dependentes uns dos outros. Existem variadas formas de cooperação e

²⁰ Neste sentido cfr. Luís Sá, in *Soberania e Integração na CEE*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, pág. 44.

²¹ O que quer que isso signifique.

²² In *Soberania de Serviço*, Janus 97 – Anuário de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal «Público», Lisboa, 1996, pág. 18.

²³ In *A reinvenção da governança*, Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias, Ciência Política, Volume XVI – XVII/2003, II.ª Série, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, pág. 40.

integração políticas, económicas e culturais. A reserva da vida interna dos Estados não se compadece com as violações dos direitos humanos e, por isso, as Nações Unidas não podem dispensar o direito de ingerência como um instrumento legítimo ao dispor da comunidade internacional para fazer valer os princípios gerais e estruturantes que estiveram na origem da Organização.

A principal conclusão que se pode retirar é que o mundo mudou e os conceitos também mudaram, mas é certo que o conceito de soberania absoluta embora obsoleto é, ainda, formalmente estruturante das relações interestaduais e é, frequentemente, o instituto-barreira para impedir a intervenção mesmo em questões humanitárias e quando os direitos humanos são violados no interior do Estado muitas vezes com o consentimento dos próprios órgãos (i)legítimos de poder.

Com a construção das integrações regionais surgem novas fronteiras geográficas relativas a sujeitos de Direito Internacional, nem sempre novos Estados, mas com prevalência nas relações internacionais. Para todos, as Nações Unidas têm o dever de encontrar as formulações genéricas e abstractas que enquadrem, *ex ante*, o exercício do direito de ingerência, como um direito/dever²⁴ da comunidade internacional que não ceda perante a simples invocação da soberania do Estado ou de qualquer outro sujeito de Direito Internacional Público.

Tendo em conta o que atrás ficou dito é urgente uma nova abordagem ao conceito da soberania dos Estados. Assim se evitam as construções de geometria variável em torno, designadamente, dos direitos humanos.

3. Dos fundamentos (actualmente aceitáveis) do direito de ingerência

Por força de imperativo clausulado na Carta das Nações Unidas, o uso da força foi remetido para o núcleo restrito de utilização excepcional, carecendo sempre de uma habilitação e validação pelas instâncias e estruturas legítimas da Organização. Mais do que a diferença entre uso individual e colectivo da força, cuja distinção é estabelecida por FRANCISCO DA SILVA LEANDRO²⁵ importa, em nosso entender, anotar a distinção entre uso legitimado e não-legitimado da intervenção.

Aliás, ADRIANO MOREIRA²⁶ refere a propósito: «Depois, genocídios numerosos, quer na Europa envolvendo a Bósnia-Herzégovina, a Croácia, o Kosovo, em suma a dissolução da Jugoslávia, quer na África devastando populações no Burundi, no Ruanda, no Sudão, sendo esta uma breve invocação de apenas componentes do desastre. É neste panorama alarmante, que violências que desafiam e excedem as capacidades disponíveis para assegurar uma paz razoável, dão origem à organização de institutos novos como o direito de ingerência a favor da protecção dos direitos humanos, com referência maior na intervenção no Golfo (1991), e sobretudo no Kosovo quando a NATO assumiu uma legitimidade privativa, muito apoiada no conceito de Mitterrand: “a obrigação de não-ingerência termina no ponto exacto em que nasce o risco de não-assistência”.»

Estes novos institutos de que o direito de ingerência é um modelar exemplo evoluirão, num futuro mais ou menos próximo, para servirem novas causas e novos valores. Aceitamos, actualmente, a intervenção por razões humanitárias e por violação

²⁴ Considerando as relações entre os Estados e os Povos como uma cadeia de elos onde todos, no palco mundial, têm a obrigação de proteger e assistir.

²⁵ *In As Armas das Vítimas – Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005, pág. 127.

²⁶ *In A persistência do racismo*, Policopiado, Universidade Aberta, 15 de Junho de 2004.

reiterada dos direitos humanos²⁷. Aceitaremos a mesma intervenção, de forma justa, quando, por razões de civilização estiver em causa a salvaguarda de bens do património geral da Humanidade, bens culturais, bens ambientais.

Não são as correntes ideológicas dominantes que devem presidir à orientação nesta matéria, mas a civilidade dos valores internacionalmente aceites por consenso entre a generalidade das nações.

A destruição das milenares estátuas dos Budas no Afeganistão, pelas forças do deposto regime dos Talibã, é disso exemplo. Mas a aceitar-se a teoria deve permitir-se que a mesma intervenção seja legitimada se num dos países ocidentais acontecer algo de semelhante.

Vejamos: Poderão as autoridades portuguesas destruir o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, os seculares manuscritos da Bíblia dos Jerónimos, as jóias da Coroa Portuguesa? Poderá o governo britânico destruir o edifício do Parlamento inglês? Será legítima a decisão das autoridades italianas para destruição das ruínas do Coliseu romano?

São situações distintas, mas a argumentária fundamental, por ora, assenta sobretudo na defesa da dignidade da pessoa humana e na sua natureza irrepetível.

Segundo DIETER FLECK²⁸ as violações graves e continuadas na esfera dos direitos humanos por parte de um determinado país já não são consideradas assuntos internos dos Estados. Na denúncia destas violações as ONG desempenham um papel ímpar pelos contactos que dispõem no interior de muitos dos Estados.

Desta forma, e dada a importância do direito de ingerência, dos seus fundamentos e dos valores em que se fundamenta e suporta pode ser analisado como um verdadeiro dever de ingerência²⁹.

Conceitos como os de direito humanitário³⁰ geral, património comum da Humanidade e conquistas irreversíveis da Humanidade assentam na ideia segundo a qual nenhum ser humano pode ser considerado estrangeiro no planeta que habitamos e ajudam a definir a legitimidade das intervenções não consentidas.

Muitos são os fundamentos invocados para legitimar as intervenções exógenas, como sejam: a «defesa dos direitos humanos e das minorias», a «preservação do meio-ambiente³¹» e a «manutenção da ordem e da paz»³².

O caso «Kosovo³³», antiga província da Jugoslávia, onde existe uma disputa étnica multicentenária que envolve sérvios e albaneses em litígio pelo controlo do seu

²⁷ Aliás, a questão dos direitos humanos tem estado, desde o fim da II.ª Guerra Mundial, presente na comunidade internacional e, segundo Jean-François Revel in *Le Regain Démocratique*, Paris, Fayard, 1992, pág. 83, traduz um progresso incontestável da consciência democrática.

²⁸ In *The Handbook of Humanitarian Law in Armed Conflicts*, Grã-Bretanha, Oxford University Press, 1995, pág. 518.

²⁹ Neste sentido vide por todos Mario Bettati e Bernard Kouchner, in *Le devoir d'ingérance*, Danoel, Paris, 1987.

³⁰ A este propósito vide Shirley V. Scott in *International Law in World Politics: An Introduction*, Lynne Rienner Publishers, 2004.

³¹ A propósito da protecção internacional do ambiente e da conservação da diversidade biológica vide por todos Charlotte Kuand Paul F. Diehl in *International Law: Classic and Contemporary Readings*, Lynne Rienner Publishers, 2003, designadamente, *Why Domestic International Law Needs a Robust International Environmental Law Regime* (A. Dan Tarlock) e *Responsability for Biological Diversity Conservation Under International Law* (C. Tinker).

³² Vide CAMARGOS, Wladimir Vinyicius de Moraes. *Os EUA e o direito de ingerência. Uma análise à luz do direito internacional público*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 47, Nov. 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1614>.

³³ Rico em minerais, petróleo e altamente estratégico do ponto de vista geopolítico.

território, é exemplo da invocação do direito de ingerência assente na defesa da autodeterminação da minoria albanesa que estava a sofrer graves violações dos seus direitos humanos por parte dos sérvios.

A intervenção (externa) humanitária foi uma ideia que surgiu inicialmente e foi ganhando terreno junto da Cruz Vermelha, do seu congénere Crescente Vermelho e de diferentes ONG³⁴. Muitas operações humanitárias não excedem a intervenção destas organizações internacionais e não são ingerências de Estados ou das Nações Unidas, por isso são consideradas acções humanitárias³⁵, com «corredores» para acesso às vítimas, muitas vezes a solicitação dos próprios Estados atingidos por catástrofes naturais ou grandes acidentes. Contudo, é de salientar que estas acções não podem ser utilizadas sob reserva mental e encobrirem outro tipo de exercícios de natureza bem distinta. O exemplo da actuação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é significativo, pois estas instituições desempenham a sua actividade ao abrigo dos princípios da neutralidade, da não-discriminação e da imparcialidade, o que tem sido um motivo de aceitação pelas diferentes forças beligerantes. Mas um dos maiores problemas da delimitação do *ius interventionis*, dos seus fundamentos, do seu âmbito e das suas consequências é do saber-se ao certo de onde partimos.

Por regra, os europeus e os ocidentais entendem que os seus conceitos, as suas instituições e os seus valores são os válidos e, por isso, os de referência que desejam impor ao resto do Mundo³⁶.

SAMUEL HUNTINGTON³⁷ refere-se às civilizações de cultura diferente e em modos diversos de encarar a vida mundial. Teremos que aceitar que, também aqui, os Estados não serão todos iguais? Parece adequado pensar que a cultura ocidental comporta um conjunto de valores que, embora não tenha impedido as guerras entre os países da área, é aceitável pela generalidade dos países do mundo, com assento nas Nações Unidas.

Por tudo o que ficou dito é que as experiências de integração regional e os restantes sujeitos de Direito Internacional, para além dos Estados, não são dispensáveis na estrutura da comunidade internacional. A União Europeia (ex-Comunidades Europeias), a União Africana (ex-Organização de Unidade Africana), os Estados Unidos da América, a superpotência democrática, a República Popular da China, como potência emergente, a NAFTA, o Mercosul, a Comunidade de Países Árabes, a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a Santa Sé, e restantes Igrejas, os novos Movimentos Sociais Internacionais, — o Fórum de Porto Alegre —, o Encontro de *Davos*, entre muitos outros, são exemplos, quer se queira quer não, de múltiplas formas de organização do poder político.

A globalização da Sociedade Civil obriga à audição dos diferentes interesses em presença, das várias sensibilidades com expressão na comunidade das nações e das diversas organizações e sujeitos internacionalmente relevantes.

³⁴ Designadamente Bernard Kouchner, carismático presidente dos *Médicos Sem Fronteira*.

³⁵ Cfr. Isabel Raimundo in *Imperativo Humanitário de Não-Ingerência. Os novos desafios do Direito Internacional*, Instituto da Defesa Nacional, Edições Cosmos, pág. 36 e segs.

³⁶ Ainda hoje o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça proclama como fonte de Direito Internacional Público onde deve basear-se o julgamento de questões da comunidade internacional, «os princípios comumente aceites pelas nações civilizadas (sublinhado nosso)», leia-se do mundo ocidental, do mundo euro-americano, de cultura judaico-cristã.

³⁷ In *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999.

No actual estágio não podemos aceitar que «(...) o Ocidente seja a única fonte e garante dos únicos valores verdadeiramente universais, pátria da liberdade, democracia, laicismo, igualdade e dos direitos do homem (...)»³⁸.

À sociedade internacional importa obrigatoriamente uma ordem³⁹ e o direito de intervenção deve assegurá-la e assentar nos valores e nos princípios basilares da Carta das Nações Unidas.

Desta forma, podemos concluir que é pacífico aceitar, pela generalidade da doutrina, que a violação dos direitos do Homem e as crises humanitárias são causa legítimas para a admissão da ingerência. A isto corresponde o conceito de internacionalização de alguns assuntos internos dos Estados.

Tal como sucede, com regularidade e previsibilidade, nas ordens internas dos Estados não basta a invocação da legítima defesa ou do estado de necessidade para a legitimação das condutas ingerentes. Tem que ser provada e demonstrada a indispensabilidade da conduta para a obtenção de um fim que não se conseguiria atingir ou proteger sem que o fosse por meio da ingerência. Também aqui a regra deve ser a da proibição do excesso e da limitação dos danos a infligir. A equivalência deverá ser reitoria na acção e os danos sofridos não devem ser desproporcionais aos que se visam evitar. É um equilíbrio que sendo difícil de manter não pode ser afastado e deve ser alcançado.

O estado de necessidade é, a par da legítima defesa e da acção directa, outro meio de autotutela de direitos importado das ordens jurídicas e dos direitos internos dos Estados. Esta figura também pode ser invocada como habilitante das intervenções e ingerências, bem como ser solicitada como desculpante nos excessos porventura praticados.

Torna-se, no entanto, necessário verificar um conjunto de pressupostos habilitantes das intervenções e desta forma podemos formular uma teoria geral fundada no património jurídico adquirido pelos direitos internos dos Estados.

No maior número de vezes os Estados actuam de forma reactiva em defesa de comunidades de povos ameaçados por um perigo que, porventura, não é resultado de uma agressão alheia. A negação do direito de ingerência é a negação do controlo da Humanidade e das Nações Unidas

O princípio que rege as relações entre os Estados, presente na Carta das Nações Unidas, é o de que a nenhum Estado é permitida a intromissão não consentida na vida e nos assuntos internos dos outros Estados.

Da mesma forma que os indivíduos transferem para o Estado o monopólio do exercício da força e da aplicação da justiça, renunciando aos meios ilegítimos de tutela privada, e para outras organizações privadas, como sejam as sociedades seguradoras, os riscos no campo da saúde, da vida, dos acidentes pessoais e laborais; a comunidade internacional transfere para um exercício multilateral a legitimação da ingerência (não consentida).

A violação reiterada e notória dos direitos humanos, património comum da Humanidade, não se coaduna, actualmente, com a ineficácia de alguns governos, regimes e instituições políticas. Por isso, impõe-se que as acções de intervenção justa

³⁸ Vide por todos Iain Finkelkraut, Pascal Bruckner, Alain Renaut, Luc Ferry.

³⁹ Segundo Ehrlich *In Grundlegung der Soziologie des Rechts*, pág. 17 e seguintes (citado por José de Oliveira Ascensão in *O Direito – Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso- Brasileira*, 4.ª edição, revista, Editorial Verbo, 1987, pág. 13).

devam ser legitimadas pelas Nações Unidas, única fonte consensualizadora das excepcionais condutas internacionais e única sede de poder supranacional⁴⁰.

Assim, podemos afirmar que o conceito de direito de intervenção é, para muitos, coincidente com a ingerência humanitária. Nos dias que correm é pouco.

4. Os novos fundamentos

O direito de ingerência é, ontologicamente, um direito político e nesta sua natureza assentam todas as virtudes e defeitos da instituição, mas não pode ser considerado uma arma política. Se for utilizado ou instrumentalizado como tal o Estado intervencionado poderá, legitimamente, invocar que se trata de uma agressão ilegal e contrária aos princípios e cláusulas da Carta.

Sem desconsiderar qualquer princípio noético da Carta das Nações Unidas chegará o momento em que para além dos direitos humanos, a ingerência será suportada por outros fundamentos axiológicos. A emergência de novos valores internacionais, como os que se prendem directamente com a sustentabilidade da vida humana nas suas múltiplas facetas, não pode deixar de ser atendível pela comunidade internacional. De forma criteriosa, essencialmente normativa, para evitar a política furtiva do caso concreto, num *futuro presente*, teremos que olhar para o ambiente também nas suas diferentes modalidades: biológica e cultural. De realçar, no entanto, que o Tribunal Internacional de Justiça não tem aceite o direito de ingerência ambiental e muitos autores⁴¹, como sucede com CORINNE LEPAGE⁴², sugerem já a criação de um Tribunal Internacional do Meio-Ambiente.

A guerra e a intervenção justas não podem ocorrer apenas em situações de agressão, mas também em situações preventivas para evitar todos os comportamentos violadores dos referidos valores.

Assim, as intervenções legitimadas pelas Nações Unidas deverão poder ocorrer para defesa de direitos culturais e do património universal da Humanidade. Budas com 2000 anos de História não são realidades dispensáveis e substituíveis pela Humanidade. Não esqueçamos que a UNESCO, como agência especializada das Nações Unidas, classifica já «obras» como património mundial da Humanidade. É certo que, à primeira vista, poderemos questionar estes fundamentos como bastantes para justificar a intervenção internacional de outros Estados, mas o movimento internacional desenvolver-se-á, com toda a certeza, neste sentido.

Por outro lado, podemos verificar que a nível ambiental⁴³ os Estados iniciaram há muito um diálogo que é importante para o desenvolvimento sustentável da Humanidade. Não podemos olhar para estas questões de forma isolada e se tivermos uma visão integrada das relações internacionais, da sustentabilidade do desenvolvimento humano, económico, social e cultural veremos que somente uma visão holística é admissível também nestas questões de invocação do direito de ingerência.

⁴⁰ Contrariando as teses da soberania limitada com a intervenção da URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, junto dos Estados membros do Pacto de Varsóvia. Aqui, a ingerência era vinculada, como bem refere ADRIANO MOREIRA, in *O Direito de Intervenção*, policopiado, pág. 7 (Documento publicado na íntegra in *Direito e Justiça*, Universidade Católica Portuguesa, Volume XV, 2001), a razões estritamente políticas no sentido de mudar o regime político de todos os países para a direcção do socialismo real.

⁴¹ Vide Michel Prieur in *Droit de l'environnement*, Ed. Dalloz, Paris, 2000.

⁴² In <http://www.france.org.br/abr/label/label47/societe/16.html>

⁴³ Vide por todos Michel Bachelet in *Ingerência Ecológica*, Direito Ambiental em Questão, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

As questões das águas e dos cursos de águas internacionais, designadamente de rios com percursos internacionais podem ser animadoras de conflitos entre os Estados. As alterações climáticas marcantes, neste século, serão fonte de discórdia entre povos vizinhos. É necessário antever as potenciais fontes de conflitualidade e, preventivamente, demonstrar que as Nações Unidas estão preparadas para as intervenções que forem necessárias em salvaguarda dos direitos dos Estados e dos povos mais fracos ou fragilizados pelas circunstâncias da conjuntura também geográfica. São novos valores que emergem num novo mundo que se pretende cada vez mais civilizado e pacífico.

ADRIANO MOREIRA⁴⁴ já em 1983 referia que: «O direito internacional condena a interferência não solicitada pelo governo legítimo, mas os factos constantemente demonstram a fragilidade da proibição.»

A via negocial e diplomática, os meios e a resolução pacífica das disputas devem ser estruturalmente a regra de resolução dos conflitos e as formas mais eficazes de os prevenir. O Direito e, designadamente, o Direito Internacional Público deve servir também o *Bem Comum da Humanidade*.

A utilidade das ordens normativas reside na sua propalada capacidade de previsão de eventuais comportamentos desviantes e na estatuição das respectivas sanções, para que desta forma tenha efeitos preventivos de situações desviantes.

A regra geral no Direito Internacional nesta área do direito de ingerência, porque é de ordem pública, deve ser também, como sucede no âmbito do direito público dos Estados, o de somente poder fazer-se aquilo que está previsto. Às Nações Unidas⁴⁵ deve caber um papel indeclinável de organização e negociação de uma convenção, ou de qualquer outra forma de instrumento internacional que delimite o âmbito, a extensão e o conteúdo do exercício pleno do direito de ingerência, a fim de que as intervenções futuras não voltem a ocorrer num quadro de ausência de imperativos legalmente conhecidos e sejam desenhadas atento, apenas, o circunstancialismo do caso concreto e do preenchimento, caso a caso, de um conjunto de princípios genericamente formulados.

Tudo isto para evitar as visões parciais ou comprometidas do instituto da ingerência. Não é a imposição da visão agostiniana ou tomista do conceito, com as pré-compreensões dogmáticas, ontológicas e axiológicas que suportam as suas posições. É o apelo a que todas as áreas culturais dêem a sua contribuição através de uma conferência negocial internacional a fim de todos poderem, legitimamente, encontrar um texto comum que permita a salvaguarda do já invocado *Bem Comum da Humanidade* que, afinal, é o bem de todos.

Também como sucede, cada vez mais, nas ordens internas dos países a internacionalização da vida privada dos Estados é um movimento que não pode parar e é irreversível. Há muito que os crimes domésticos já não são excluídos ao conhecimento dos tribunais e das autoridades públicas. A violência doméstica significava um certo privilégio de foro próprio do cônjuge mais forte sobre o mais fraco. Em certa medida aplicava-se a regra do *ius imperii* nas relações maritais e nas restantes relações familiares e societárias. Também na vida da comunidade internacional o movimento é semelhante; as fronteiras não devem ser suficientes para impedir que autoridades sem escrúpulos possam dizimar povos ou etnias em função de critérios de duvidosa legalidade. Por isso, a internacionalização da vida privada dos Estados, a par da

⁴⁴ In *Direito Internacional Público*, ob. cit., pág. 96.

⁴⁵ A ONU continua a ser, nos nossos dias, a entidade supranacional fiel depositária da confiança dos Povos e garante de maior razão para a continuidade do exercício de Direitos Fundamentais, vide Joaquim Coelho Ramos in *Direitos Humanos, Ingerência e Democratização*, ob. cit., pág. 60.

publicização de alguns comportamentos menos adequados da vida privada das sociedades contemporâneas são movimentos que se fundam na transparência, nas modernas práticas das condutas internacionais e nas novas tendências da boa governação.

A opinião pública mundial muito influenciada pelos *media* é uma variável importante na legitimação do direito de ingerência. Os grandes movimentos internacionais combatem e manifestam-se, também, em defesa de determinados valores que, por vezes, são influenciados pelas acções dos Estados e dos seus governantes.

Também desta forma se cumpre um dos principais e primeiros objectivos proclamados pela Carta das Nações Unidas: «Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz (...)»

O passado não pode ser reescrito mas é importante conhecê-lo para que as futuras actuações internacionais defendam os direitos humanos e a justiça internacional.

Bibliografia

- ABIEW, Francis Kofi — *The evolution of the doctrine and practice of humanitarian intervention*. Edition Kluwer Law International. Boston. 1999.
- ASCENSÃO, José de Oliveira — *O Direito – Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso – Brasileira*. 4.^a Edição revista. Editorial Verbo. 1987.
- BACHELET, Michel — *Ingerência Ecológica*, Direito Ambiental em Questão, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.
- BÉLANGER, Michael — *Droit International Humanitaire*. Gualino Éditeur. Paris. 2002.
- BETTATI, Mario e KOUCHNER, Bernard — *Le devoir d'ingérence*. Danoel. Paris. 1987.
- BETTATI Mario, — *Le Droit d'ingérence: sens et portée*. Le Débat. N.º 67. Novembro/Dezembro. 1991.
- BETTATI Mario, — *O Direito de Ingerência*. Lisboa. Instituto Piaget. 1997.
- BROWNLIE, Ian — *Principles of Public International Law*. 6.^a edição. Oxford University Press. 2003.
- BUGNION, François — *Just wars, wars of aggression and international humanitarian law*. International Review of the Red Cross. Vol. 84. N.º 847. Setembro. 2002. Páginas 523 a 546.
- [http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/5FLCT4/\\$File/bugnion%20ang%20.pdf](http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/5FLCT4/$File/bugnion%20ang%20.pdf)
- CAMARGOS, Wladimir Vinycius de Moraes — *Os EUA e o direito de ingerência. Uma análise à luz do direito internacional público*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 47, Nov. 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1614>>.
- CHETAIL, Vincent — *The contribution of the International Court of Justice to international humanitarian law*. International Review of the Red Cross. Vol. 85. N.º 850. Junho. 2003. Páginas 235 a 269.
- [http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/5PXLK8/\\$File/irrc_850_Chetail.pdf](http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/5PXLK8/$File/irrc_850_Chetail.pdf)
- DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick e PELLET, Alain — *Direito Internacional Público*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1999.
- DOSWALD-BECK, Louise; VITÉ, Sylvain — *International Humanitarian Law and Human Rights Law*. International Review of the Red Cross. N.º 293. Abril. 1993. Páginas 94 a 119.
- <http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwpList141/E59EC039BC5A8EE4C1256B66005985F0>
- EHRlich — *Grundlegung der Soziologie des Rechts*.
- FLECK, Dieter — *The Handbook of Humanitarian Law in Armed Conflicts*. Oxford University Press. Grã-Bretanha. 1995.
- HUNTINGTON, Samuel — *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Gradiva. Lisboa. 1999.
- JOXE, Alain — *Humanitarisme et empires*. Le Monde Diplomatique. Janeiro. 1993.
- KRASNO, Jean E. (editor) — *The United Nations: Confronting the Challenges of a Global Society*. Lynne Rienner Publishers. 2004.
- KOLB, Robert — *Origin of the twin terms jus ad bellum/ius in bello*. International Review of the Red Cross. N.º 320. Outubro. 1997. Páginas 553 a 562.
- http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/57JNUU?OpenDocument&View=defaultBody&style=custo_print

- KU, Charlotte and DIEHL, Paul F. — *International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.
- LEANDRO, Francisco da Silva — *As Armas das Vítimas – Um Novo Prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*. Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional. Lisboa. 2005.
- LEPAGE, Corinne — <http://www.france.org.br/abr/label/label47/societe/16.html>
- MARCHUETA, Maria Regina — *Reflexões sobre o Terrorismo Internacional*. Edições Duarte Reis. Lisboa. 2003.
- MOREIRA, Adriano — *A crise do Estado soberano não é a crise do Estado nacional*. Pequenos e Grandes Estados. Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (29 de Junho a 4 de Julho de 1998). Cascais. Câmara Municipal de Cascais. 1999. Vol. 2. Páginas 79 a 88.
- MOREIRA, Adriano — *Ciência Política*. Livraria Almedina. 6.^a Reimpressão. Coimbra. Fevereiro de 2001.
- MOREIRA, Adriano — *Estudos da Conjuntura Internacional*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. Julho. 2000.
- MOREIRA, Adriano — *Poder Funcional – Poder Errático*. Nação e Defesa. 1979. Ano IV. N.º 12. Páginas 13 a 27.
- MOREIRA, Adriano — *Soberania de Serviço*. Janus 97 – Anuário de Relações Exteriores. Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal «Público». Lisboa. 1996.
- MOREIRA, Adriano — *Teoria das Relações Internacionais*. Livraria Almedina. Coimbra. 4.^a Edição. 2002.
- MOREIRA, Adriano (Coordenação) — *Terrorismo*. Livraria Almedina. Coimbra. Janeiro. 2004.
- MOREIRA, Adriano — *A persistência do racismo*. Policopiado. Universidade Aberta 15 de Junho de 2004.
- MOREIRA, Adriano — *A reinvenção da governança*. Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias. Ciência Política. Volume XVI – XVII/2003. II.^a Série. Centro de História da Cultura. Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, Adriano — *Direito Internacional Público*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. 1983.
- MOREIRA, Adriano — *O Direito de Intervenção*. Policopiado.
- MORUS, Thomas — *Utopia*.
- OPELLO, JR, Walter C.; ROSOW, Stephen J. — *The Nation – State and Global Order: A historical introduction to contemporary politics*. Second edition. Lynne Rienner Publishers. 2004.
- PRIEUR, Michel — *Droit de l'environnement*. Ed. Dalloz. Paris. 2000.
- QUEIRÓ, A. Rodrigues — *Intervenção*. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Volume XVI. Pág. 12 a 14.
- RAIMUNDO, Isabel — *Imperativo Humanitário de Não-Ingerência. Os novos desafios do Direito Internacional*. Instituto da Defesa Nacional. Edições Cosmos.
- RAMOS, Joaquim Coelho — *Direitos Humanos, Ingerência e Democratização — O processo de autodeterminação política no Iraque*. Pé de Página Editores, Lda. 1.^a edição. Setembro. 2004.
- REVEL, Jean-François — *Le Regain Démocratique*. Paris. Fayard. 1992.
- SÁ, Luís — *Soberania e Integração na CEE*. Lisboa. Editorial Caminho. 1987.
- SANDOZ, Yves — «Droit» or «devoir d'ingérence» and the right to assistance: the issues involved. International Review of the Red Cross. N.º 288. Junho. 1992. Páginas 215 a 227.

<http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwpList141/29D09E1A0194B749C1256B66005912BC>

SCOTT, Shirley V. — *International Law in World Politics: An Introduction*. Lynne Rienner Publishers. 2004.

SNARR, Michael T, and SNARR, D. Neil (editors) — *Introducing Global Issues*. 3rd edition updated & revised. Lynne Rienner Publishers. July. 2005.

TARLOCK, A. Dan — *Why Domestic International Law Needs a Robust International Environmental Law Regime*. *International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.

TINKER, Law C. — *Responsability for Biological Diversity Conservation Under International*. *International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.

Ofertas

1. Reitor
2. Maria João Oliveira
3. Fernando Costa
4. Rafael Sasportes
5. Maria do Céu Marques
6. Mário Avelar
7. Cila
8. Jorge e António
9. Bárbara
10. Teresa Joaquim
11. General Pinto Ramalho
12. General Carlos Chaves
13. Zé e Diogo Gaspar
14. Sanches Osório
15. Hermano Carmo